

Governo de Pernambuco
Secretaria de Administração – SAD
Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco - EGAPE
Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE

CURSO DE FORMAÇÃO – EGAPE

Especialidade: ADMINISTRATIVA

MÓDULO IV

PROVA OBJETIVA – 16/06/2026

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir.

Nome																			
Nº CPF					Nº do Doc. de Identificação										Órgão Expedidor			UF	

ATENÇÃO

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas) horas**, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 (**ZERO**) ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala.
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas.
Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.

1. Sobre a assertiva o conflito consiste na base de qualquer atividade política (Schattschneider, 1960), assinale a alternativa correta:

- (a) Os atores políticos procurarão levar seus conflitos adiante estimulando que outros atores mobilizem a atenção e obtenham o engajamento do público para diferentes conflitos.
- (b) Todo conflito, quando explorado pelas organizações políticas, pode se expandir e se transformar numa questão política.
- (c) A expansão dos conflitos se desenvolve por meio daquilo que o autor denominou como “convencimento do povo”
- (d) Todo conflito se estabelece, inicialmente, a partir de um grande número de indivíduos engajados.
- (e) Os interessados em explorar o conflito e transformá-lo numa questão política mobilizarão os burocratas estatais.

2. Dentre os elementos frequentemente empregados na definição de problemas, segundo Rochefort; Cobb (1984) podemos afirmar que:

- (a) Causalidade: a definição de problemas está sempre ligada a algum pressuposto sobre o seu destino.
- (b) Problemas em políticas públicas podem ser entendidos como mais importantes quando entendidos dentro da relação de distanciamento, especialmente se as pessoas envolvidas não têm a habilidade de expressar suas preocupações politicamente.
- (c) Gravidade: problemas – ou suas consequências – envolvem entendimentos por vezes distintos sobre sua gravidade. A percepção de gravidade frequentemente é um elemento importante para capturar a atenção de atores centrais ao processo de formulação de políticas.
- (d) Problemas já conhecidos tendem a ter uma percepção de importância maior.
- (e) As formas como os grupos sociais afetados por problemas são descritas consistem em um elemento irrelevante na definição de problemas.

3. Em relação as fases do ciclo de políticas públicas definido por SECCHI (2016), podemos afirmar que:

- (a) As cinco fases do processo são: Identificação do problema; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação; Extinção.
- (b) As quatro fases do processo são: Formação da agenda; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação; Extinção.
- (c) As seis fases do processo são: Identificação do problema; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação; Extinção.
- (b) As quatro fases do processo são: Formação da agenda; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação.
- (e) As sete fases do processo são: Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação; Extinção.

4. Os instrumentos de política pública podem ser compreendidos como mecanismos utilizados pelo Estado para intervir na sociedade e alcançar objetivos governamentais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um exemplo de instrumento regulatório.

- (a) Concessão de subsídios para agricultura familiar.
- (b) Criação de campanhas educativas sobre vacinação.
- (c) Estabelecimento de normas obrigatórias para emissão de poluentes industriais.
- (d) Transferência voluntária de recursos para municípios.
- (e) Realização de audiências públicas participativas.

5. A análise de políticas públicas é considerada uma função estratégica do gestor governamental porque:

- (a) Permite identificar problemas, formular alternativas e apoiar decisões governamentais com base em evidências.
- (b) Elimina os conflitos políticos nas decisões públicas.
- (c) Substitui integralmente o papel dos representantes eleitos.
- (d) Garante automaticamente a eficiência das políticas públicas.
- (e) Restringe a participação social no processo decisório.

6. Os autores Roger Cobb e Charles Elder destacam que os problemas públicos não surgem automaticamente como objeto de ação governamental. Eles precisam ser socialmente construídos, reconhecidos e inseridos na agenda governamental. Sob essa perspectiva, um problema público passa a integrar a agenda governamental quando:

- (a) É identificado exclusivamente por especialistas técnicos do governo.
- (b) Surge espontaneamente no interior da burocracia estatal.
- (c) É considerado economicamente inviável pelo Estado.
- (d) Recebe atenção pública e mobilização suficiente para pressionar o sistema político.
- (e) É aprovado previamente pelo Poder Judiciário.

7. As políticas públicas são construídas a partir da interação entre diferentes atores governamentais e não governamentais. Os atores governamentais possuem autoridade formal para tomar decisões e executar ações estatais dentro da estrutura pública. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (a) Os atores governamentais possuem autoridade formal para participar da formulação e implementação das políticas públicas.
- (b) Os atores governamentais atuam fora das instituições estatais.
- (c) Os atores governamentais não influenciam o processo decisório.
- (d) Os atores governamentais restringem sua atuação apenas ao Poder Legislativo.
- (e) Os atores governamentais participam apenas da etapa de avaliação das políticas públicas.

8. A etapa de implementação de políticas públicas pode ser compreendida como:

- (a) O momento exclusivo de identificação dos problemas públicos.
- (b) A fase em que as decisões governamentais são transformadas em ações concretas.
- (c) A substituição da formulação pela avaliação de políticas públicas.
- (d) Um processo exclusivamente técnico e sem influência política.
- (e) A etapa final do ciclo de políticas públicas, sem necessidade de monitoramento.

9. Os grupos de interesse são organizações ou coletivos que buscam influenciar decisões governamentais em defesa de determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos. Sua atuação pode ocorrer por meio de pressão política, *advocacy* e mobilização social. Sobre os grupos de interesse, assinale a alternativa correta.

- (a) Os grupos de interesse possuem neutralidade absoluta nas disputas políticas.
- (b) Os grupos de interesse não participam da formulação de políticas públicas.
- (c) Os grupos de interesse atuam exclusivamente no setor privado sem relação com o Estado.
- (d) Os grupos de interesse buscam influenciar decisões governamentais em defesa de interesses específicos.
- (e) Os grupos de interesse exercem apenas funções administrativas no governo.

10. A descentralização administrativa na implementação de políticas públicas busca:

- (a) Concentrar todas as decisões no governo federal.
- (b) Reduzir a necessidade de coordenação federativa.
- (c) Eliminar a participação dos municípios na execução das políticas.
- (d) Impedir adaptações locais das políticas públicas.
- (e) Transferir responsabilidades e competências para outros níveis de governo ou organizações

11. No ano de 2023, durante a elaboração do planejamento governamental do Estado de Sergipe para o período de 2024 a 2027, a equipe técnica da Secretaria da Fazenda elaborou um instrumento contendo objetivos, diretrizes e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada. Posteriormente, foi encaminhado outro projeto normativo com a função de estabelecer metas e prioridades para o exercício seguinte, orientar a elaboração do orçamento anual e dispor sobre alterações na legislação tributária. Por fim, foi elaborada a peça orçamentária contendo a previsão das receitas e a fixação das despesas para o exercício financeiro de 2024.

Com base na Constituição Federal e nos instrumentos de planejamento e orçamento públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende as metas e prioridades da administração pública para o médio prazo e orienta a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é a lei que fixa a despesa e estima a receita. É o orçamento propriamente dito.
- c) A lei que institui o Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA é um plano de médio prazo que possui vigência de quatro anos.
- d) A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser o elo entre o planejamento estratégico e planejamento operacional, constituindo um instrumento não obrigatório na gestão pública.
- e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) possui duração indeterminada, sendo atualizada anualmente pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

12. Durante a elaboração da proposta orçamentária do Estado do Ceará para o exercício de 2027, a equipe técnica classificou diferentes ingressos financeiros previstos para o período. Entre eles estavam as receitas com arrecadação de impostos (ICMS), com operações de crédito e com a alienação de bens móveis e imóveis.

Com base na classificação das receitas públicas, assinale a alternativa correta.

- a) A arrecadação de ICMS constitui receita de capital, pois em regra não provoca efeito sobre o Patrimônio Líquido.
- b) As receitas provenientes de alienação de bens são classificadas como receitas de capital, pois, em regra, não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
- c) Os valores recebidos com operações de crédito não podem ser classificados como receita, pois são operações realizadas junto ao mercado financeiro.
- d) Todas as receitas citadas no enunciado são classificadas como receitas correntes, pois, em regra, não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado.
- e) Todas as receitas citadas no enunciado são classificadas como receitas de capital, pois, em regra, não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado.

13. Durante o exercício financeiro de 2026, o Estado do Maranhão realizou diversas operações relacionadas à execução orçamentária. Em janeiro, ocorreu a previsão da arrecadação do IPVA para o exercício. Em março, contribuintes efetuaram o pagamento do tributo junto à rede bancária autorizada. Posteriormente, os valores foram transferidos à conta única do Tesouro estadual. No mesmo período, a Secretaria Estadual de Saúde realizou procedimento licitatório para aquisição de equipamentos hospitalares, reservou parte da dotação orçamentária para a despesa contratada e, após a entrega dos equipamentos, verificou o cumprimento do contrato para autorizar o pagamento ao fornecedor.

Com base nos estágios da receita e da despesa pública, assinale a alternativa correta.

- a) O estágio de arrecadação da receita é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- b) O estágio do lançamento da receita corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- c) O recolhimento da receita deve ocorrer antes do lançamento, pois o ingresso financeiro deve anteceder a constituição do crédito.
- d) O estágio de liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) O estágio de empenho da despesa é sempre facultativo, pois não se pode exigir que o Estado crie uma obrigação de pagamento que pode não ser capaz de cumprir.

14. Durante o primeiro quadrimestre de 2026, o governo do estado de Ceará publicou o Relatório de Gestão Fiscal demonstrando que a despesa total com pessoal do Poder Executivo havia alcançado percentual superior ao limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em razão disso, a Secretaria da Fazenda estadual alertou os gestores acerca das restrições legais incidentes sobre novas despesas de pessoal.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), assinale a alternativa correta.

- a) O excedente em relação ao limite prudencial obriga a suspensão imediata de todos os pagamentos relacionados a pessoal ativo e inativo do Estado.
- b) O limite prudencial equivale ao teto absoluto de despesa com pessoal previsto na LRF, sendo vedada qualquer despesa adicional após sua ultrapassagem.
- c) A superação do limite prudencial acarreta restrições, como a vedação à criação de cargos, à alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa e à concessão de vantagens ou reajustes, ressalvadas as hipóteses autorizadas pela LRF.
- d) Os limites de despesa com pessoal previstos na LRF aplicam-se exclusivamente ao Poder Executivo, não abrangendo os demais Poderes e órgãos autônomos estaduais.
- e) A recondução da despesa de pessoal aos limites legais depende, apenas, da edição de lei complementar estadual específica autorizando medidas de ajuste fiscal.

15. Durante a elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2027, o governo do estado de Pernambuco anunciou um amplo programa de expansão de obras públicas e aumento de benefícios fiscais para determinados setores econômicos. Entretanto, estudos da Secretaria da Fazenda apontaram crescimento acelerado da dívida consolidada estadual, aumento das despesas obrigatórias e risco de desequilíbrio das contas públicas nos exercícios seguintes. Diante desse cenário, o secretário de planejamento destacou a necessidade de observância dos princípios de sustentabilidade fiscal e de gestão fiscal responsável previstos na legislação brasileira.

Com base nos princípios das finanças públicas e nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa correta.

- a) A sustentabilidade fiscal consiste exclusivamente na obtenção de superávit primário em todos os exercícios financeiros.
- b) A expansão de despesas obrigatórias pode ser realizada independentemente da estimativa de impacto orçamentário-financeiro, desde que exista interesse do gestor.

- c) O princípio da sustentabilidade fiscal impede totalmente a contratação de operações de crédito pelos estados brasileiros.
- d) A responsabilidade fiscal aplica-se apenas ao governo federal, não alcançando estados e municípios.
- e) A gestão fiscal responsável exige equilíbrio entre receitas e despesas, planejamento, transparência e controle do endividamento público, visando à manutenção da solvência estatal no longo prazo.

16. Sobre governança pública e gestão pública, assinale a alternativa correta.

- a) Governança pública e gestão pública possuem o mesmo significado.
- b) A governança pública está relacionada ao direcionamento, monitoramento e avaliação, enquanto a gestão pública está relacionada à execução das ações e políticas.
- c) A gestão pública define a estratégia institucional e a governança executa as atividades operacionais.
- d) A governança pública aplica-se exclusivamente aos órgãos de controle.
- e) A gestão pública não está sujeita aos mecanismos de prestação de contas.

17. A respeito da transparência pública e do controle social, assinale a alternativa correta.

- a) O controle social é exercido exclusivamente pelos tribunais de contas.
- b) A transparência pública restringe-se à divulgação de informações financeiras.
- c) O controle social corresponde à participação da sociedade no acompanhamento e fiscalização da atuação governamental.
- d) A transparência pública é facultativa para os órgãos públicos.
- e) A participação da sociedade não possui relação com a governança pública.

18. Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa correta.

- a) A LGPD aplica-se apenas às organizações privadas.
- b) A Administração Pública pode tratar dados pessoais sem finalidade definida.
- c) O titular dos dados possui direitos relacionados ao acesso, correção e atualização de seus dados pessoais.
- d) O tratamento de dados pessoais depende exclusivamente da autorização judicial.
- e) A LGPD não se aplica aos órgãos públicos.

19. Relacione os conceitos da Coluna I com suas definições na Coluna II.

Coluna I	Coluna II
I. Lei de Acesso à Informação (LAI)	() Participação da sociedade na fiscalização da gestão pública
II. Controle Social	() Direito de acesso a informações públicas
III. Encarregado de Dados (DPO)	() Canal de comunicação entre titulares, organização e autoridade competente

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) II – I – III
- b) I – II – III
- c) III – I – II
- d) II – III – I
- e) I – III – II

20. Analise as afirmativas a seguir.

- () A ética no serviço público contribui para a prevenção da corrupção.
- () A transparência pública favorece o controle social.
- () A LGPD prevê direitos para os titulares de dados pessoais.
- () O encarregado de dados (DPO) atua como canal de comunicação relacionado ao tratamento de dados pessoais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) V – V – V – V
- b) V – F – V – V
- c) V – V – F – V
- d) F – V – V – V
- e) V – V – V – F